

## Conselho de Saúde do Distrito Federal

## ATA DA QUADRINGENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

1 Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, por videoconferência, em 2 atendimento ao Decreto nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, realizou-se a Quadringentésima 3 Septuagésima Nona Reunião Extraordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal - CSDF. A 4 Reunião contou com a participação da Presidente do CSDF, Jeovânia Rodrigues Silva, da 5 Secretária Executiva do CSDF, Andressa Cristina de Oliveira Silva Cavalcante, dos conselheiros 6 segmento gestor: Raquel Beviláqua Matias da Paz Medeiros Silva. Marcos Paulo Freire Malqueiro 7 Lopes, Christiane Braga Martins de Brito, Jair Tabchoury Filho, Carlos Wilson de Andrade Filho; dos 8 conselheiros **segmento trabalhador**: Alexandre José de Oliveira Omena, Rosalina Aratani Sudo, 9 Solange Pereira de Souza, Márcio da Mata Souza, Jefferson de Sousa Bulhosa Júnior, Humberto de 10 Oliveira Lopes, Rozangela Fernandes Camapum, Fátima Lúcia Rôla, Isaires Florenço de Souza, 11 Newton Cleiton Batista, Maria Arindelita Neves de Arruda; dos conselheiros segmento usuário: 12 Vera Lúcia Bezerra da Silva, Míriam Marques Nery, Paulo Martins Vieira, Raimundo Ferreira da 13 Silva, Silvestre Araújo, Domingos de Brito Filho, Sarah Maria Coelho de Souza, Jaira Leite Ramos, 14 Júlia Luz Camargos Mesquita, Maria Luíza dos Santos Espínola, Luís Carlos Macedo Fonseca, 15 Raimundo Nonato Lima, João Elias Lima Araújo, Hellen Cristhian Correa Boaventura, Lourdes 16 Cabral Piantino. Participaram como convidados Ab-Diel, SES, Gislei Moraes de Oliveira, Diretor 17 Presidente do IGESDF, José Antônio, Diretor de Administração e Logística do IGESDF, Nestor 18 Francisco Miranda Júnior, Diretor de Atenção à Saúde do IGESDF, Daniel Alves Lima, Controlador 19 Interno do IGESDF. Conselheira Jeovânia Rodrigues Silva, Presidente do CSDF, iniciou a reunião 20 às 09h13. Foi aferido quórum de 23 conselheiros presentes, necessário para deliberação. Explicou a 21 proposta da pauta única, o acompanhamento da situação geral do IGESDF. Expediente - Pedidos 22 de licença e justificativa de faltas dos Conselheiros - Secretária Executiva do CSDF, Andressa 23 Cristina, anunciou que a Conselheira Terezinha Pantoja justificou a sua ausência. Ordem do dia -24 Item 1 - Apresentação e aprovação da Pauta da 479ª Reunião Extraordinária do CSDF -25 Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheira Jeovânia Rodrigues Silva, Presidente do 26 CSDF, apresentou a pauta da 479ª RE do CSDF e colocou em votação a sua aprovação. Foi 27 aprovada a pauta com 19 votos favoráveis e 4 abstenções. Item 2 – Acompanhamento da situação 28 do IGESDF. Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheira Jeovânia Rodrigues Silva, 29 Presidente do CSDF, efetuou contextualização acerca do papel do CSDF ao longo dos últimos anos 30 no que diz respeito ao então Instituto Hospital de Base, depois ampliado, na forma da lei, para o 31 IGESDF. Reforçou que o papel do CSDF, previsto por lei, é acompanhar o contrato de gestão bem 32 como compor os dois conselhos do IGESDF, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, 33 havendo um representante titular e suplente do CSDF. Disse que em 2017 a Lei nº 5.899, de 3 de 34 julho, instituiu o Instituto Hospital de Base, recordando que não houve formalmente deliberações do 35 plenário do CSDF, seja pela instituição do então Instituto Hospital de Base e também de sua 36 ampliação posterior ao IGESDF. Disse que em 13 de novembro de 2018, foi apresentado ao pleno 37 do CSDF pelo então Diretor-Presidente Ismael Alexandrino um relatório que trazia as atividades 38 exercidas desde que havia sido assinado o primeiro contrato de gestão, rotina esta que depois foi 39 perdida quando se teve a implementação do IGESDF. Disse que em 9 de janeiro de 2019 houve uma 40 reunião extraordinária, presidida pela Conselheira Lourdes Piantino, tendo em vista a preocupação 41 com a expansão do Instituto Hospital de Base que ainda estava em uma etapa incipiente de sua 42 implementação e muito rapidamente o projeto de lei o ampliava para Instituto de Gestão Estratégica 43 abarcando não apenas o Hospital de Base mas incluindo as seis UPAS além do Hospital Regional de 44 Santa Maria. Disse que naquela ocasião foi deliberada pelo plenário do CSDF a Resolução nº 511, 45 que era contrária a ampliação para o IGESDF pois até então não se tinha os resultados efetivos do 46 primeiro ano do Instituto Hospital de Base e nem seguer a sua primeira prestação de contas, então a 47 resolução nº 511, aprovada no dia 9 de janeiro trazia exatamente essas prerrogativas da posição 48 contrária à expansão pelas razões postas na resolução, indicando uma judicialização que foi feita

49 pelas entidades sindicais. Disse que no mês seguinte a gestão da SES veio ao plenário do CSDF 50 para justificar que não havia homologado a Resolução nº 511 trazendo as justificativas para o pleno 51 por meio de uma redação alternativa a qual o pleno rejeitou e manteve a aprovação do texto original 52 da resolução, em uma reunião no dia 12 de março de 2019. Disse que ainda assim não houve 53 acolhimento a determinação e deliberação do pleno do CSDF ficando até hoje essa resolução sem a 54 homologação devida do Secretário de Estado de Saúde. Continuou dizendo que em 9 de abril de 55 2019, já com a indicação do Diretor-Presidente Francisco Araújo, foi realizada uma reunião onde se 56 pediam esclarecimentos por declarações feitas na imprensa pelo então representante do IGESDF, 57 em uma análise profundamente desvirtuada do conceito e política de Atenção Primária à Saúde, já 58 deliberada pelo CSDF, e o Diretor-Presidente apresentou as suas justificativas. Disse que em 17 de 59 setembro de 2019 foi encaminhada a lista tríplice para que fossem recompostos o Conselho de 60 Administração e Conselho Fiscal, e foram acolhidos os nomes do Conselheiro Raimundo Nonato e 61 Luís Carlos para o Conselho de Administração, e Conselheiros Williamar e Jaime para o Conselho 62 Fiscal. Disse que em 12 de novembro de 2019 foi realizada no CSDF a reunião nº 442, onde foi 63 apresentado formalmente o novo contrato de gestão, contrato este que viria a ser implementado pelo 64 IGESDF. Disse que de posse do novo contrato de gestão foi então aprovada uma reunião 65 extraordinária somente para tratar do IGESDF, sendo então a primeira dessa que hoje é a quarta, 66 com esse objetivo específico. Disse que em 23 de novembro de 2019, já tendo o contrato de gestão 67 do IGESDF devidamente atualizado e formalizado, foi realizada a primeira reunião extraordinária com 68 esse fim específico, com o então Diretor-Presidente Sérgio Luiz da Costa, e somente naquele 69 momento se conseguiu o acesso ao contrato de gestão, Processo SEI nº 00060-00000123/2018-64, 70 perfazendo então guase dois anos para se acessar minimamente o contrato de gestão para o qual a 71 lei determina que deve ser acompanhado pelo CSDF. Disse que a partir daquele dia começou-se 72 essa rotina, de se estabelecer reuniões extraordinárias com pauta específica do IGESDF. Agradeceu 73 a atual gestão e todas as anteriores que sempre fizeram questão de estar presentes nas reuniões 74 extraordinárias do CSDF. Disse que em 11 de fevereiro de 2020 foi debatido no CSDF o processo de 75 reintegração dos servidores da SES que estavam cedidos ao IGESDF, debate esse que passou 76 também pelo CSDF. Disse que em 8 de novembro de 2020, em uma reunião do CSDF, tendo em 77 vista as operações do Ministério Público que havia levado na investigação a prisão da alta cúpula da 78 SES, que tinha uma relação também com o ex-Diretor-Presidente, foi solicitado investigação ampla 79 para que se trouxesse luz as dúvidas que as apurações do Ministério Público vinham trazendo, de 80 forma que foi aprovado pelo pleno do CSDF o apoio ao poder legislativo para que abrisse uma CPI 81 ampla da COVID, da pandemia, do IGESDF e tudo o que tivesse relação com a saúde e que 82 estivesse de maneira direta ou indireta sob alguma dúvida ou questionamento. Disse que em 13 de 83 outubro de 2020 o representante do CSDF no Conselho Fiscal trouxe o seu relatório de justificativa 84 pelo voto que fez desfavorável a aprovação das contas do exercício 2018 e, ainda no mesmo mês, 85 em 20 de outubro de 2020, houve a segunda reunião de pauta única do IGESDF, representado pelo 86 seu então Diretor-Presidente à época Dr. Paulo Ricardo, na qual foi pactuada a abertura de um 87 processo SEI onde pudessem ser inseridas as perguntas que os conselheiros costumam fazer, de 88 uma maneira formal e ampla, obtendo as respostas. Disse que o processo está correto, vigente e 89 para o qual se tem feito as inclusões tanto das respostas do IGESDF como de novos 90 questionamentos da SES. Disse que em 10 de novembro de 2020 foi feita a complementação de 91 respostas nesse processo que já estava aberto e foi feita também uma cobrança pois, infelizmente. 92 as diversas trocas da alta gestão do IGESDF acabaram causando uma certa interrupção na 93 continuidade da assistência, o que é normal. Disse que é preciso se apegar a administração pública 94 de continuidade dos serviços, então é papel do Conselho cobrar e questionar. Disse que em 1 de 95 dezembro de 2020, na Reunião CSDF nº 459, mostrando compromisso com o SUS, o pleno do 96 CSDF aprovou que as UPAS fossem credenciadas novamente, uma vez que estavam desabilitadas, 97 em um sinal de maturidade do pleno que deseja que o serviço alcance o usuário. Disse que em 30 98 de março de 2021 ocorreu a terceira reunião de acompanhamento do IGESDF, representado na 99 ocasião pelo então Diretor-Presidente Gilberto Occhi, e hoje está sendo realizada a quarta reunião 100 de acompanhamento, com o quarto Diretor-Presidente do IGESDF. Agradeceu a presença do novo 101 Diretor-Presidente do IGESDF, Dr. Gislei, e a toda a sua equipe, desejando boa sorte nesse desafio 102 de tocar o Instituto. Lembrou que o processo SEI nº 00060-00515950/2020-72, onde estão sendo 103 feitos os acompanhamentos, encontra-se disponível. Passou em seguida a palavra a equipe do 104 IGESDF. General Gislei Morais, Diretor-Presidente do IGESDF, cumprimentou a Presidente do 105 CSDF Jeovânia Rodrigues e demais conselheiros. Frisou que respeita muito o trabalho do CSDF e 106 teve a oportunidade de participar de uma reunião no ICDF. Apresentou aspectos relacionados ao 107 IGESDF, seu funcionamento, pontos positivos e características principais. Disse que o IGESDF não

108 está ainda proporcionando o resultado esperado. Disse que chegou a direção do IGESDF há uma 109 semana e ainda não está inteirado completamente da situação. Disse que encaminhará um ofício ao 110 CSDF com as respostas referentes à última reunião e, quanto aos novos questionamentos, se 111 disponibilizou a responder o que for possível no momento mas disse que é necessário um pouco 112 mais de tempo para respondê-los oficialmente. Passou a palavra para a equipe do IGESDF se 113 apresentar. Sr. José Antônio Gonçalves Rosa, Diretor de Administração e Logística do IGESDF, se 114 apresentou ao pleno, seguido pelo Sr. Nestor Francisco Miranda Júnior, Diretor de Atenção à 115 Saúde do IGESDF, Sra. Mariela Souza de Jesus, Vice-Presidente do IGESDF, Sr. Paulo Leonel 116 Menezes, Diretor de Administração e Logística do IGESDF, Sr. Jair Tabchoury Filho, IGESDF, Sra. 117 Emanuela Ferraz, Diretora de Inovação, Ensino e Pesquisa do IGESDF. Conselheira Jeovânia 118 Rodrigues Silva, Presidente do CSDF, informou que em virtude da troca na direção do IGESDF 119 prejudicou o tempo para o fornecimento das respostas aos questionamentos dos conselheiros. 120 Passou a palavra às considerações dos conselheiros. Conselheiro Raimundo Nonato apresentou 121 brevemente o relatório da visita realizada na data de 24 de agosto de 2021 ao Hospital de Base. 122 Informou que repassará o relatório feito ao CSDF e ao IGESDF. Conselheiro Jefferson Bulhosa 123 disse que acredita no SUS e não acredita no modelo do IGESDF. Relatou problemas relacionados ao 124 IGESDF, como a dificuldade de acesso dos conselheiros às unidades hospitalares e locais. Opinou 125 que a presença dos conselheiros deve ser liberada em todas as unidades para fiscalização. Disse 126 que os quadros de pessoal tanto da SES quanto do IGESDF estão defasados. Disse que houve 127 serviços interrompidos, andares fechados no Hospital de Base, e há uma grande preocupação com a 128 dívida que o IGESDF possui. Disse que o IGESDF já deveria ter respondido os questionamentos 129 feitos anteriormente. Conselheira Jeovânia Rodrigues Silva, Presidente do CSDF, disse que tão 130 logo o relatório seja recebido no CSDF será encaminhado aos conselheiros. Conselheira Rozangela 131 Camapum disse que não acredita no modelo do IGESDF. Teceu comentários em relação ao 132 funcionamento do sistema de informações, que não tem interação com a SES. Disse que se tem hoje 133 um comando duplo na SES, quando deveria ser único. Questionou se existe alguma proposta para 134 esses dois pontos. Questionou se existe alguma proposta para resolução da dívida de 370 milhões. 135 Questionou como ficará a questão da controladoria, se mantida de forma independente para apurar 136 todos os processos e se já existe uma investigação interna acerca de todos os processos 137 denunciados pelo MP e como está o andamento desses processos. Questionou se o portal da 138 transparência publicará todos processos, contratos, pessoal e pagamentos no sentido de facilitar o 139 acompanhamento da gestão do IGESDF. Citou a constante faltas de medicamentos para 140 quimioterapia, radioterapia e oncologia e questionou qual será a política para compra de 141 medicamentos. Questionou como está a questão da oncologia, se há uma proposta de acabar com a 142 fila tanto da oncologia como da terapia renal. Questionou acerca das denúncias na Câmara 143 Legislativa e no MP de que o IGESDF se transformou em um cabide de empregos, e se há uma 144 proposta para que todos os passos para contratação de pessoal sejam cumpridos. Questionou se o 145 hospital está mantendo leitos de COVID ou se já foram transferidos para o hospital de campanha. 146 Questionou acerca do pagamento das terceirizadas, se já foi feito um acordo. Questionou se existe 147 proposta para implantação da cardiologia adulto e infantil. Disse que é um Instituto que não mostrou 148 até agora para o que veio a não ser para o desmonte do SUS, falta de transparência e o desvio de 149 recursos. Propôs o agendamento de uma nova reunião para resposta às perguntas, e que o relatório 150 do Conselheiro Raimundo Nonato deve incluir toda a gestão e unidades do IGESDF, não somente a 151 visita ao Hospital de Base. General **Gislei Morais**, Diretor-Presidente do IGESDF, contextualizou a 152 situação do IGESDF. Disse que o Instituto está localizado no Brasil, onde a saúde pública tem suas 153 deficiências. Disse que hoje, por exemplo, não recebe todos os recursos previstos para serem 154 transferidos para o Instituto e, portanto, alguns pagamentos não serão realizados. Disse que sim, o 155 Instituto pode ter alguma culpa nisso, se ele tivesse um fundo de reserva poderia fazer face a isso, 156 mas hoje ele não tem e tem uma dívida para pagar. Disse que, quando se fala que os hospitais têm 157 pessoas que não estão devidamente alojadas ou atendidas, gostaria que as pessoas que viessem ao 158 Instituto fossem na quantidade exata que o Instituto pudesse dar um bom atendimento para essas 159 pessoas, mas isso não acontece. Disse que isso não depende somente do Instituto, embora grandes 160 problemas apresentados dependem do Instituto resolver. Disse, a respeito do relatório apresentado 161 pelo Conselheiro Raimundo, que existem várias evidências que as coisas não estão funcionando 162 devidamente, mas não questionaria o relatório. Disse que o que foi apresentado significa que a 163 manutenção preventiva e corretiva não está funcionando, o serviço de limpeza funciona de forma 164 mediana, o processo de aquisição de medicamentos não está funcionando, foi essa informação que 165 recebeu pelo relatório, embora já soubesse. Disse que os motivos de não se ter insumo na ponta 166 começa com a falta de recursos, apesar de não ser motivo único a falta de transferência, pois se não

167 existisse uma dívida poder-se-ia estar pagando em dia as empresas e não se teria esse 168 entendimento de receber os insumos no momento certo. Citou outro problema, relacionado aos 169 processos de aquisição, pois se tem o regulamento próprio de compras e contratos, e esse 170 regulamento dá uma certa flexibilidade mas não muita, parecendo-se muito com a Lei 8.666, ele 171 apenas flexibiliza um pouco os prazos. Disse que o Instituto está dentro de um modelo que ele não 172 pode fugir. Disse que o que pode ser feito é que se tenha uma legislação, um regulamento próprio de 173 compras e contratações um pouco mais flexível, porém quando se flexibiliza na lei tem um ponto 174 fraco, que é a facilidade que algumas pessoas poderão usar, oriunda desta flexibilidade, para poder 175 não agir corretamente. Disse que o problema na ponta é de um processo total, não é um problema 176 de um funcionário que está fazendo a manutenção ou que está na farmácia entregando insumos. 177 Disse que cabe ao Instituto criar os seus processos o mai correto possível para evitar essas faltas. 178 Ressaltou que se está saindo de uma pandemia que desorganizou várias áreas, teve-se que comprar 179 itens que adquirir itens para atender a pandemia, reorganizar os hospitais para colocar UTIs para 180 atender a pandemia. Disse que existe uma lei que permite o não cumprimento de metas até o final do 181 ano por parte de todos os órgãos que atendem o SUS. Respondeu, em relação à citação que 182 existem servidores com medo e coagidos, que se precisa desse relatório para se poder reagir 183 baseado nessas informações. Disse que o Conselho Fiscal pode receber mensalmente os dados 184 financeiros e patrimoniais do Instituto, então pode acompanhar o Instituto mensalmente e acusar se 185 algo não está sendo correto. Disse que o Instituto precisa do apoio de todos os órgãos que vieram 186 para controlar o Instituto. Respondeu ao Conselheiro Jefferson, em referência ao livre acesso às 187 instalações, que está disposto a conversar com o Conselheiro em relação ao que ele quer 188 exatamente em relação ao livre acesso, quais as áreas pretendidas. Respondeu, em relação a dívida 189 e recurso, que somente se paga dívida com recurso novo ou se economizar para quitá-la. Disse que 190 não se pode gastar mais do que se ganha e o Instituto, por ter dívida, tem que gastar mais do que 191 recebe. Disse que, se não tiver essa solução, pede para sair, porém acredita na gestão e na hora 192 que for analisada toda a despesa do Instituto, se verificar onde pode-se cortar despesas, e pretende 193 fazer um plano de contingência e de recuperação do Instituto. Respondeu, em relação ao sistema de 194 gestão que não conversa com o TraKCare, que foi decidido há alguns anos a adoção do MV, que é 195 um sistema mais completo, e o que se está fazendo é fazer os dois sistemas conversarem, que é a 196 melhor solução. Disse que a dívida hoje, apesar de ainda não auditada, é menor do que 370 milhões. 197 Disse que quando se fala que 30% do orçamento da SES vai para o IGESDF, não pode afirmar isso, 198 porém disse que quando o Instituto Hospital de Base foi criado foi baseado no APURASUS, então a 199 SES já gastava com o Hospital de Base 602 milhões por ano, e foi exatamente esse recurso que a 200 SES repassou para o IHB. Disse que a SES se aliviou ainda da parte administrativa, pois tinha que 201 comprar para o Base, fazer a gestão de pessoal, ou seja, várias despesas administrativas que ela 202 tinha com o Base quando ela passou para o IHB ela somente passou o recurso que ela já gastava, e 203 guando se vai ao APURASUS não tem valor de administração e sim gastos com pessoal, 204 terceirizados, material, etc. Disse que o mesmo raciocínio é aplicado para Santa Maria e UPAS. 205 Disse, em relação à falta de transparência, que aceita erros, que fazem parte do ser humano, mas a 206 fraude, a violação, a corrupção, isso não pode ser tolerado, e o que pode afirmar é que quanto a 207 esses desvios, dependendo dele próprio, serão apurados e os responsáveis, caso haja, irão ser 208 sancionados. Frisou que no que depender dele, em relação à seleção de profissionais, que todos os 209 regulamentos serão cumpridos à risca. Respondeu que o pagamento de dívidas aos terceirizados 210 está dentro do pacote que falou de se verificar onde se vai economizar para poder pagar essas 211 dívidas, mas com certeza uma solução será encontrada, até mesmo porque não será dinheiro novo, 212 se o Instituto criou a dívida ele próprio achará uma solução para ela. Disse, em relação à cardiologia 213 adulta e infantil, que é preciso realizar um estudo, principalmente do Base, de que tipo de serviços 214 ele pode oferecer, pois existe muita demanda de serviços para o Base porém a sua capacidade é 215 limitada. Disse que a SES tem que demandar o instituto e o Instituto tem que colocar isso em um 216 termo aditivo ao contrato de gestão para que nada fique fora das regras estabelecidas pela SES. 217 Disse, referente a colocação feita sobre o sistema único, que o Instituto tem que seguir o que a SES 218 determina, seja na regulação, no estabelecimento dos serviços que ela quer que o IGESDF preste, 219 seja nas metas estabelecidas para serem cumpridas. Disse que mesmo tendo o IGESDF o comando 220 pode ser um, desde que o IGESDF obedeça as regras da SES. Disse que é necessário o 221 entendimento que se pertence a um sistema, caso contrário se começa a visualizar algo fora do 222 sistema de saúde, do que se prevê as diretrizes da SES. Disse, em referência à falta de 223 transparência, que foi criado um boletim de atos administrativos, e esse boletim será público para 224 que todos saibam quantos atos administrativos o Instituto está fazendo, seja contratação, dispensa, 225 transferência interna, contratação de empresa, e tudo isso será disponibilizado nesse boletim interno,

226 que será público. Disse que nas páginas de internet do Instituto estão disponibilizados todos os 227 contratos e aditivos do Instituto. Aceitou a proposta de uma reunião presencial, aonde o Conselho 228 definir, que seria muito esclarecedor. Conselheira Fátima Rola solicitou a remarcação da reunião e 229 que o relatório seja encaminhado ao CSDF para ser redistribuído aos conselheiros. Sugeriu que seja 230 formada uma outra comissão para realizar visita a outras unidades de saúde deste complexo. Disse 231 que aprova a reunião presencial. Conselheiro Silvestre colocou que em 2019 o IGESDF possuía 232 uma Comissão de pessoas comissionadas, todos advogados, em um total de oito, que eram da 233 Coordenação da Corregedoria e Coordenação de Auditoria do IGESDF. Questionou como o IGESDF 234 em 2019 já possuía essa comissão formada e não fiscalizou e deixou que membros do IGESDF 235 fossem presos para aparecer. Questionou se os integrantes daquela comissão continuam no 236 IGESDF. Opinou que esses cargos deveriam ser ocupados por meio de processo seletivo. General 237 **Gislei Morais**, Diretor-Presidente do IGESDF, respondeu que a Controladoria, somente em 2020, 238 passou a estar ligada ao Conselho de Administração. Disse que foi criada a controladoria e passada 239 a subordinação para o Conselho de Administração, ou seja, está acima do Instituto. Disse que a 240 Controladoria agora não depende de orientação do Instituto, ela pode averiguar sem anuência, por 241 assim dizer, do Diretor-Presidente. Disse, quanto a seleção e auditoria dessas pessoas, que quando 242 existe o fato errado, anormal, muitas vezes ele não aparece no papel, às vezes é combinado fora do 243 Instituto, com as empresas que apresentam as suas propostas, então quando se olha um processo 244 de compra muitas vezes está correto, nenhum auditor vai identificar nada errado, porém as coisas 245 aconteceram fora do instituto. Disse que os processos do instituto são auditados por vários órgãos de 246 controle, não só por esse órgão interno do Instituto. Disse que pode até ter ocorrido alguma falta de 247 ação dessas pessoas, que não está defendendo, mas frisou que não é muito fácil. Sr. **Daniel Alves** 248 **Lima**, Controlador Interno do IGESDF, complementou a resposta. Disse que desde que tomou 249 posse, ha mais ou menos um mês, a grande coisa que percebeu internamente no IGESDF são 250 inúmeros achados de auditoria, que já foram encaminhadas para o Conselho Administrativo e para o 251 Conselho Diretor, havia alguns relatórios que estavam represados na controladoria, mas que 252 justamente com vistas ao alinhamento com o General se está buscando dar total transparência a 253 esses relatórios, e que inclusive essa semana saiu uma auditoria feita pela Controladoria Geral, com 254 várias recomendações, as quais já se está buscando dar encaminhamento a elas, assim como os 255 diversos órgãos de controle. Disse que já foi conversar com o Ministério Público, Tribunal de Contas, 256 se está buscando dar a maior transparência possível, inclusive envidando esforços com o Diretor-257 Presidente para fortificar a área interna de controladoria para que se tenha melhores respostas para 258 a sociedade. Informou aos conselheiros que no momento se tem no quadro de auditores três 259 auditores sendo que uma auditora foi por mais de trinta anos auditora da Controladoria Geral, e ainda 260 se tem um gestor com amplo entendimento e experiência por mais de vinte anos na área de gestão. 261 Conselheiro Silvestre solicitou o encaminhamento ao CSDF do nome dos integrantes da equipe. Sr. 262 Daniel Alves Lima, Controlador Interno do IGESDF, concordou com o pedido e se comprometeu a 263 encaminhar. Conselheiro Paulo Martins questionou acerca do cartão corporativo, pois houve mau 264 uso por parte de alguns servidores, se ocorrerão providências para evitar que o fato se repita. 265 Questionou acerca das ampliações dos serviços do IGESDF e se há prazo para inauguração das 266 novas UPAS. Posicionou-se favoravelmente aos novos modelos de gestão da saúde, mas desde que 267 funcionem. Questionou acerca do grande consumo de recursos por parte do IGESDF. Conselheiro 268 **Domingos de Brito** teceu comentários. Discordou que o que vai sanar as contas do IGESDF é 269 dinheiro novo, e opinou que o que é necessário ao IGESDF é a revisão dos contratos e 270 reestruturação. General **Gislei Morais**, Diretor-Presidente do IGESDF, respondeu aos conselheiros. 271 Disse, em relação ao cartão corporativo, que se tem uma resolução do Instituto e que nunca foi 272 chamado de cartão corporativo, e sim suplemento de fundos. Disse que quando chegou, no 273 regulamento próprio de compras estava escrito que despesas abaixo de 50 mil reais, àquela época, 274 não precisava seleção de fornecedores, não precisava de licitação como é conhecido nos órgãos 275 públicos. Disse que o que foi feito foi nada mais do que estava previsto no regulamento próprio de 276 compras, e foi feita uma regulamentação sobre isso. Ressaltou a agilidade proporcionada pelo 277 instrumento. Disse que as UPAS deverão ser inauguradas até novembro porém depende que a 278 empresa entregue as obras. Respondeu, em relação ao grande consumo de recursos, que o que o 279 Base e as UPAS receberam é o que foi lançado pela SES no APURASUS, então não houve 280 acréscimo de valor. Acrescentou que não está escrito no APURASUS preceptoria na área de ensino, 281 alimentação de residentes, judicialização, e essas são despesas que o Instituto tem e seria obrigação 282 da SES. Disse que quanto à corrupção, infelizmente não conhece sistema que possa barrar a 283 corrupção, porém é preciso selecionar e treinar bem as pessoas, mostrar que a instituição não 284 pactua com nada errado. Explicou que não disse que queria dinheiro novo, mas sim que a única

285 maneira de pagar a dívida é gastar menos do que se recebe. Disse que o ideal é que não se deixe o 286 Instituto chegar aonde chegou, porém isso deve ser feito constantemente e acredita não ter sido 287 culpa do Instituto o Conselho Fiscal não ter avaliado antes. Disse que agora pode dizer que está 288 apoiando para que seja feita auditoria de forma constante. Concordou que os contratos devem ser 289 revistos para os devidos ajustes e renegociações, que será feito um plano para isso. Sr. Paulo 290 **Leonel**, Diretor de Administração e Logística do IGESDF, complementou a resposta. Disse que o 291 IGESDF já teve as demonstrações contábeis e financeiras do ano de 2018 aprovadas, com parecer 292 emitido por auditoria independente aprovada pelo Conselho Fiscal e de Administração. Disse que 293 foram entregues as demonstrações financeiras dos anos de 2019 e 2020 ao Conselho Fiscal e de 294 Administração e a empresa tem a previsão de entregar o parecer referente a 2019 até o dia 15 de 295 outubro. Detalhou aspectos relacionados à gestão financeira. Conselheira Júlia Luz teceu 296 comentários acerca do relatório apresentado e solicitou que os relatórios de gestão do IGESDF 297 sejam apresentados ao Conselho Fiscal regularmente para que sejam repassados ao CSDF. Disse 298 que a Atenção Primária tem que estar ligada a Secundária e questionou a SES acerca da adaptação 299 ao sistema comentado pelo Diretor-Presidente do IGESDF. Questionou o IGESDF se existe um 300 projeto de gestão de riscos e se foi convocado pessoal especializado para essa atividade. 301 Questionou se a gestão do IGESDF está atenta à produção do CONASS e CONASEMS. Questionou 302 a SES o porque do atraso em relação ao atraso no repasse de recursos. Questionou, caso o IGESDF 303 saia de cena, quem pagará a dívida. Questionou acerca da compra emergencial, como são 304 verificados os valores. Conselheira Lourdes Piantino questionou sobre o que traz confiança ao 305 General Gislei para defender esse modelo de gestão do IGESDF diante da situação caótica 306 observada hoje. Conselheira Raquel Beviláqua respondeu os questionamentos direcionados para a 307 SES. Disse que a falta de integração entre os sistemas é uma questão antiga na SES e vem 308 demandando esforços na Secretaria para se tentar minimizar esse impacto. Disse que a CTINF vem 309 trabalhando em uma proposta de integralidade dos sistemas e trará em tempo oportuno para 310 apresentação ao Conselho. Disse, quanto ao pagamento, que a Secretaria vem realizando os 311 pagamentos referentes aos servicos prestados pelo IGESDF e, em paralelo, a uma minuta de 312 publicação e uma CAC única com algumas metas, qualitativas e quantitativas definidas por um grupo 313 de trabalho, que ajudarão muito na condução dos trabalhos. Disse que o Hospital de Base é um 314 hospital da rede que vem sendo gerido pelo IGESDF e há necessidade de um alinhamento da forma 315 de gestão e integrado a SES como um todo pois o usuário é o mesmo, então se tem uma rede 316 baseada em linhas de cuidados que ocorrem sempre com a Atenção Primária sendo ordenadora do 317 cuidado com o paciente e para o usuário, na necessidade de adentrar aos outros níveis de atenção, 318 ser feito um direcionamento e contra referência responsáveis. General Gislei Morais, Diretor-319 Presidente do IGESDF, respondeu os questionamentos feitos pela Conselheira Júlia. Disse que o 320 relatório mensal é encaminhado à SES todos os meses, e sabe que a SES passa para o Tribunal de 321 Contas do DF, e verificará se esse relatório tem que passar primeiro pela SES, pois é lá que se tem o 322 contrato de gestão e é através do contrato de gestão que é definido que se tem que passar o 323 relatório para eles e, verificado isso, o relatório estará à disposição. Disse, sobre a gestão de riscos, 324 que já se tem na estrutura do IGESDF pessoas para verificar isso, mas se essas pessoas são 325 especializadas dentro desses cursos citados pela Conselheira ele não tem resposta no momento, de 326 quais são essas pessoas que estão fazendo a gestão de riscos institucionais ou mesmo risco ao 327 paciente. Disse que estão sendo preparados cursos para os colaboradores que inclusive incluem 328 essa gestão de riscos. Colocou-se à disposição para receber ajuda da Conselheira na questão do 329 material para montagem do curso. Acrescentou, em referência ao pagamento da Secretaria de 330 Saúde, que para que possa repassar recursos para o Instituto não é recurso novo, é recurso do 331 contrato de gestão, mas mesmo assim hoje tem que passar pela Câmara Legislativa para aprovar o 332 projeto de lei. Respondeu a Conselheira Lourdes explicando que acredita que quando se fala em 333 saúde deveria existir legislação própria para a saúde, pois não se pode esperar os trâmites 334 burocráticos, e que deve-se dar meios para que as pessoas trabalhem e atendam bem a população. 335 Disse que é por isso que acredita no modelo, é necessário uma coisa mais flexível para atender a 336 saúde e o Instituto a princípio teria. Teceu comentários acerca do funcionamento do modelo. 337 Conselheiro **Isaires** efetuou questionamentos referentes à prestação de contas com terceirizados. 338 Questionou qual o salário do alto escalão do IGESDF. Questionou se as UBS utilizarão recursos 339 próprios do IGESDF ou serão necessários repasses da SES. Conselheira Jeovânia Rodrigues 340 Silva, Presidente do CSDF, adiantou ao Conselheiro Isaires que duas respostas já constam no 341 processo, a listagem dos funcionários de alta gestão do IGESDF com os respectivos salários e os 342 relatórios de alta gestão Detalhou as outras perguntas feitas pelo Conselheiro Isaires. Conselheiro 343 Raimundo Ferreira questionou se o convênio do Hospital de Base com o Hemocentro, para

344 atendimento aos hemofílicos, foi revisto ou mantido. Conselheira Christiane Braga efetuou 345 considerações referentes suplementações para o IGESDF. Disse que foi realizado no ano passado a 346 proposta da Lei Orçamentária de 2021, e foi trazida uma solicitação pelo contrato do IGESDF na 347 previsão de cerca de 900 milhões de reais, que é a contratação anual. Disse que desses 900 milhões 348 de reais se teve um teto orçamentário encaminhado pela Secretaria de Economia no valor de 390 349 milhões de reais, então obviamente se estaria com 600 milhões de reais em aberto em relação à 350 necessidade orçamentária, e foi orientado, em agosto de 2020, que esse recurso se faria necessária 351 a suplementação ao longo de 2021. Deixou claro que esse recurso não está sendo acrescido ou não 352 foi programado, esse recurso que está sendo encaminhado nessas suplementações é o valor do 353 contrato que não foi contemplando na sua totalidade no processo de aprovação da Lei Orçamentária. 354 Esclareceu que não há, nesse momento, uma suplementação acrescendo, exceto na condição das 355 UPAS que não estavam inseridas na programação da Lei Orçamentária de 2021 que é realizada no 356 primeiro semestre de 2020. Relatou que no dia 11 de agosto de 2021 foi encaminhada uma Nota 357 Técnica para a Secretaria de Economia informando também que para o ano de 2022 se está com um 358 bilhão de déficit para o contrato do IGESDF. Disse que se não houver uma alteração desse 359 orçamento se continuará, no ano seguinte, solicitando suplementação para que se tenha o contrato 360 cumprido. General **Gislei Morais**, Diretor-Presidente do IGESDF, disse que para o IGESDF receber 361 recursos tem que ser por meio de um termo aditivo, e todos os termos aditivos estão publicados na 362 página do Instituto. Disse que a UPA não estava prevista ainda ser administrada pelo Instituto, então 363 o Instituto recebeu recursos para construir UPA e agora se a UPA passar para administração do 364 Instituto tem que haver um terma aditivo para complementação desses recursos, pois afinal de 365 contas a UPA necessita de mais de 150 pessoas para trabalhar lá, insumos, limpeza, e tudo isso tem 366 um custo. Disse, em relação ao fechamento da dívida, que tem a informação mas ainda não tem o 367 planejamento de como serão os procedimentos e cortes necessários para pagamento dessa dívida. 368 Foi complementada a resposta pela equipe do IGESDF informando que o contrato com o 369 Hemocentro é mantido e nada foi modificado do que era praticado com a SES. Informou ainda que o 370 IGESDF recebeu um Parque Tecnológico e as instalações, porém não recebeu repasse de 371 investimento ainda, o investimento que está sendo recebido são de emendas parlamentares, para 372 comprar equipamento e etc. Disse que se o Instituto passar 20 anos administrando todo esse 373 complexo hospitalar e não receber recursos de investimento ele vai entregar uma sucata. Disse que 374 se tem que fazer essas reformas e é necessário recurso de investimento, mas por enquanto ainda 375 não recebeu. Teceu comentários acerca da necessidade do aporte dos recursos. Conselheira 376 **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, encaminhou a realização de uma reunião 377 extraordinária, em 07 de dezembro de 2021, excepcionalmente podendo ser de forma presencial, no 378 auditório da FEPECS ou do Hemocentro, com prazo hábil para as respostas aos questionamentos 379 feitos, e a disponibilização do relatório ampliado com as visitas ao Hospital de Santa Maria e também 380 às UPAS. Conselheiro **Jefferson** esclareceu ao General Gislei Morais, Diretor-Presidente do 381 IGESDF, que o Conselheiro está aqui para fiscalizar dentro da lei, e ele sabe aonde adentrar e como 382 adentrar em todas as unidades hospitalares. Foi aprovada a realização da reunião presencial em 07 383 de dezembro de 2021, com local a ser definido, com as devolutivas de maneira sistemática aos 384 questionamentos que estão no processo SEI, bem como o desdobramento do complemento ao 385 relatório feito pelo Conselheiro Raimundo Nonato, com visitas também às unidades de Santa Maria e 386 às UPAS. A 479ª RE foi encerrada às 12h18. Foi lavrada a presente ata por mim, Italo de Araújo 387 Verlangieri, secretário *ad-hoc*, para posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros. Brasília, 05 388 de outubro de 2021.